

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

15^a

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, sob a presidência de Vítor Manuel Parreira Batista, Presidente da Mesa, de Ilídio Granjo Vaz, Primeiro Secretário e de Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes trinta e cinco membros, dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Vítor Manuel Parreira Batista, Jorge José Martins Dias, Manuel Luís Varandas, Ilídio Granjo Vaz, Ana Cristina Preto Fernandes, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel José Cruz Duarte Lobo, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Paulo Ricardo Malta Coelho, Ana Cristina Nunes da Silva Barroco, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Luís José Pinto Lopes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Luís Miguel Castro Cordeiro, Eliete Dias Moura, em substituição de António Amálio Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, Nelson Jorge Felgueiras Geraldês, em substituição de António Luís Bernardo Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, João Manuel Afonso Geraldês, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carla Alexandra Reis Lousão, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Fernando Augusto Marcos, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, Ricardo André Ramos Marcos, Américo Rodrigues, Alberto Oliveira da Costa, em substituição de Carlos Manuel Preto Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Urrós, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Ricardo Necessidade Cunha Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos membros Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança, Filipe Manuel Ribeiro Pires, Rute Solange Quitério



-----2.10 – Gabinete do Presidente – Proposta – Início de Procedimento para Solicitar ao Órgão Legislativo Competente a Aprovação da Elevação da Categoria Territorial de Mogadouro - Para Análise e deliberação. -----

-----2.11 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3ºGrau) – Fernando Peixinho & José Lima – Associado, SROC LDA. – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Relatório de Acompanhamento em 30 de junho de 2024 – Para conhecimento. -----

-----2.12 – Apoio às Freguesias / Uniões de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Para conhecimento. -----

-----2.13 – Mapa de apoio à criação de emprego – Para conhecimento. -----

-----2.14 – Compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento. -----

-----2.15 – Mapa de cedência das máquinas no concelho – Para conhecimento. -----

-----3- Outros Assuntos. -----

-----3.1 – Apresentação do livro “Eleitos de abril – 1976/2025” -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA cumprimentou todos os presentes e declarou abertos os trabalhos. -----

-----Antes de dar seguimento à ordem de trabalhos leu o seguinte: -----

-----“Considerando o disposto na constituição da República Portuguesa e no regimento da Assembleia Municipal quanto à publicidade das respetivas reuniões e ainda em cumprimento do regulamento europeu 2016/679, que é o regulamento geral da proteção de dados e da lei nº58 de 2019 que assegura a execução deste regulamento na ordem jurídica nacional, informo que as sessões da Assembleia Municipal são gravadas e transmitidas em direto, as gravações serão mantidas nos serviços da Assembleia Municipal, pelo que as intervenções não poderão ser apagadas e não serão sujeitas ao direito de esquecimento, por visarem o prosseguido interesse público da publicitação e documentação histórica, farão parte da ata pelo que toda a gente é responsável por aquilo que disser, da forma como o disser e ninguém pode alegar desconhecimento relativamente à gravação e à manutenção da gravação nos serviços da Assembleia Municipal para documentação dos trabalhos e elaboração daquela. Estão todos conscientes que o ato está a ser gravado”. -----

-----Informou que houve uma proposta de alteração da ordem de trabalhos, foi introduzido o ponto 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que há assuntos que têm necessidade e urgência de decisão, a questão da derrama que tem que ser comunicada às finanças. Informou que pelo facto de no ano passado não se ter aprovado a derrama para os dois cais que estão em causa o Município perdeu pelo menos duzentos mil euros. -----



-----Direitos de passagem tem a ver com as empresas de telecomunicações, tem que se aprovar a taxa. -----

-----Concursos que a CIM está a lançar, como é o caso dos transportes. -----

-----Proposta de elevação de Mogadouro a cidade em que o processo está em condições de ser aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal e posteriormente tem que ir à Assembleia da República, a urgência prende-se com o facto de não se saber se vai haver atos eleitorais, ou não, esta é uma situação que não pode ocorrer no espaço de seis meses antes de eleições.

MANUEL LOBO referiu que já tinha falado dos documentos chegarem em cima da hora e quis informar quem está a assistir online, que desta vez os documentos chegaram terça-feira à noite. -----

-----Salientou que são cinco pontos com muitas páginas para analisar e que não são Deputados em exclusividade, que têm as suas profissões e as suas famílias. -----

-----Solicitou que pontos desta importância sejam envidados atempadamente para poder beneficiar toda a gente. -----

-----Disse que sobre a derrama iriam falar no ponto respetivo. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA propôs que todos os pontos possam ser votados de braço no ar quando não diga respeito a nomes pessoais. -----

-----Colocou à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Colocou também à votação a proposta de alteração da ordem de trabalhos. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 - *Ata da 14ª Sessão Ordinária do dia 21 de junho de 2024 - Apreciação e deliberação.* -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu um período de intervenções para que se pudessem pronunciar acerca da mesma. -----

-----Não havendo intervenções, a Ata foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade. -----

-----1.2 - *Apresentação de Propostas de acordo com a alínea e) do artigo 48.º do Regimento da Assembleia Municipal.* -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA comunicou a existência de uma Proposta de Votos de Pesar, é uma proposta conjunta, apresentada e discutida em sede de conferência de Líderes, será apresentada em nome de todos pela Assembleia Municipal. -----

-----Mãe de António Martins – Cândida Laura Bernardo Martins,-----

-----Sogro Orlanda Esperança – Adérito da Luz Esperança,-----

-----Pai Amélia Machado – José Joaquim Miguel, -----

-----Mãe Francisco Afonso – Maria Luísa Telo, -----

-----Avô Rute Pacheco – Júlio Augusto Quitério, -----

-----Pai Teresa Vilariça – Abel Maria Pimentel. -----



PAULO CARVALHO fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos. -----
-----Entendo bem que se refira que é o “pai de fulano ou sicrano” para
melhor interpretação e melhor percebermos quais são as pessoas e
familiares a que nos estamos a referir, mas acho que em ata deve sempre
constar o nome de cada uma das pessoas que faleceu, e em complemento,
se desejável, os nomes dos familiares a que pertence.”-----
-----Obrigado

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA referiu que esse é o procedimento
normal. -----

-----Colocou à votação a proposta dos votos de pesar. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----Informou que a Mesa recebeu duas propostas, uma tem a ver com
impostos das barragens e outra com impostos das vendas das barragens,
não aceitamos a sua prescrição. -----

BELMIRO FERREIRA fez a seguinte intervenção: “Como nota prévia,
simples, estas moções são duas, apesar de elas se enquadrarem uma na
outra.-----

-----Deixo também aqui, o meu agradecimento ao Professor Ilídio, na
altura que era líder da bancada do PSD, em 20-12-2019 eu apresentei uma
moção, ainda não se tinha realizado o negócio da venda das barragens. ---

-----Proposta de Moção. -----

-----“Impostos das Barragens” -----

-----Obrigado pelo vosso trabalho, Sr. (a)(s) Deputado(s), mas
continuamos a precisar da vossa ajuda, para que sejam pagos os impostos.

-----Agradecer publicamente, o seu empenho e dedicação a esta causa,
que se tornou uma causa de todo o país, o pagamento dos impostos
relacionados com a venda das Barragens de Miranda do Douro, Picote,
Bemposta, Sabor, Feiticeiro e Tua. E também, o pagamento do Imposto
Municipal de Imóveis, referente às barragens. -----

-----Assim proponho o convite e respetivo ato de agradecimento aos
Sr.(a)(s) deputados e Ex deputados: -----

Ex. Deputado - Adão José Fonseca Silva; -----

Ex Deputada - Berta Ferreira Milheiro Nunes; -----

Ex. Deputada - Isabel Maria Lopes; -----

Ex. Deputado - João Alberto Sobrinho Teixeira; -----

Ex. Deputado - Jorge Manuel Nogueira Gomes; -----

Deputados em exercício de funções: -----

Deputada - Clara da Conceição de Sousa Alves; -----

Deputada - Isabel Cristina Fernandes Rodrigues Ferreira; -----

Deputado - Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves. -----

Caso a moção seja aprovada, que se organize uma Assembleia Municipal
Extraordinária, com convite aos Srs. Ex deputados e deputadas. Bem como



aos: Sr.(s) Presidente(s) da Assembleia Municipal do Distrito com barragens ou sem; -----

Sr. (s) Presidente(s) de Câmara do Distrito com barragens ou sem; -----

Sr. Presidente, da CIM - Terras de Trás dos Montes; -----

Sr. Líderes distritais dos partidos políticos ou nacional. -----

Outras personalidades a considerar, por Vossa Exa o Sr. Presidente da Assembleia. Do mesmo modo, seja dado conhecimento à comunicação social, regional ou nacional. -----

-----Segunda Proposta de moção:-----

-----“Impostos da venda das barragens, não aceitamos a sua prescrição”-----

-----No final do corrente ano, passam quatro anos, sobre o negócio, da vendadas barragens.-----

-----Que impostos, foram até a presente data, Imposto de selo e IMI, liquidados, ou em processo de liquidação ao estado, mas principalmente ao Município de Mogadouro? -----

-----No que respeita ao Imposto de Selo, o anterior, Primeiro Ministro e o anterior Ministro das Finanças, informaram no Parlamento, no início do ano de 2021, que a Autoridade Tributária iria fazer uma inspeção tributária ao negócio.-----

-----A AT, está obrigada a inspecionar, todos os negócios sempre que exista, indícios de evasão fiscal.-----

-----No caso do IMI, há um despacho governamental, com mais de um ano, a ordenar que se efetuem as avaliações, e respetiva liquidação e cobrança do IMI das barragens.-----

-----A Assembleia Municipal é o órgão com competência tributária no Município de Mogadouro, e as suas decisões e deliberações, que neste órgão são proferidas em matéria de impostos, são executadas pela AT, a quem está atribuída a competência da liquidação e cobrança dos impostos.-----

-----Este órgão, tem a competência de propor e deliberar, sobre a política fiscal no Município de Mogadouro, e é saudável a existência de uma relação de confiança entre esta Assembleia Municipal e a AT, principalmente com o seu (sua) Diretor(a) Geral da Autoridade Tributária. Caso, esta proposta de Moção, seja aprovada, que seja enviada, às seguintes pessoas e entidades. -----

Sr. Presidente da República; -----

Sr. Primeiro Ministro; -----

Sr. Ministro de Estado e das Finanças; -----

Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial; -----

Sra. Ministra da Justiça; -----

Sra. Ministra do Ambiente e Energia; -----

Sra. Secretaria de Estado e Assuntos Fiscais; -----



Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território; -----
Sra. Diretora Geral da Autoridade Tributária; -----
Sra. Procuradora da Procuradoria Geral da República; -----
Departamento Central de investigação e Ação Penal; -----
Sra. Provedora de Justiça; -----
Inspeção Geral de Finanças; -----
Sr.(s) Presidente(s) de Câmara, dos 10 Municípios; -----
Sr. (s) Presidente(s) da Assembleia, dos 10 Municípios; -----
Sr. Presidente, da CIM - Terras de Trás dos Montes; -----
Sr. (s) deputados do Círculo Eleitoral de Bragança; -----
Partidos políticos; -----
Comunicação Social, Nacional e Regional” -----

CONCEIÇÃO MEIRINHO relativamente às duas propostas que foram apresentadas deixou uma nota: não percebeu qual é o objetivo da primeira proposta, o porquê da realização dessa sessão com a presença de deputados e Ex. deputados. Gostaria de saber antes de a votar. -----

-----Relativamente à segunda proposta disse que a bancada do PSD já expressou outras vezes a sua opinião, que também reclamam esse direito, mas que tem que existir coerência nas posições tomadas. -----

-----Lembrou que no 2.7 também hoje vão analisar e deliberar sobre a fixação do imposto municipal de derrama, que é um imposto que seria pago por uma das companhias que é exploradora da barragem de Bemposta, um imposto que o ano passado não foi cobrado, porque os senhores deputados do PS não aprovaram essa proposta. -----

JORGE DIAS em relação às moções apresentadas, disse que em relação à primeira moção em que se sugere a realização de uma sessão, passaria a ser uma reunião para discussão geral do tema com o contributo de todos, que não é necessário ser uma sessão extraordinário, que pode ser um ponto para uma próxima sessão. -----

-----Em relação à segunda Moção e ao pagamento, disse terem uma opinião um pouco diferente da Exma. Deputada Conceição Meirinho, porque em relação à aprovação da derrama, recordou e frisou que está em ata, que houve abstenções do PS, mas que foi aprovada por maioria, disse não saber o que fizeram para não receber os impostos, mas que isso não tem a ver com a bancada do PS. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA relativamente à primeira Moção disse que propunha a constituição de um grupo de trabalho formado pelas duas bancadas para trabalhar esta matéria e daí resultar uma proposta para ser votada pela assembleia. -----

-----Esse grupo de trabalho, em nome de todos, trabalhará o tema dos impostos sobre as barragens e farão uma proposta para se saber como agir para defender os direitos junto das autoridades de administração envolvidas



no processo. -----

-----Colocou à votação. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----Foi retirada a proposta de moção “impostos das barragens” e substituída pela constituição do grupo de trabalho.

-----Em relação à proposta de moção “*Impostos da venda das barragens, não aceitamos a sua prescrição*” pediu para ser explicada. -----

JORGE DIAS explicou que o que está em causa é que vai caducar, por causa do limite de tempo o que é aconselhável para a liquidação de determinados impostos, que como o tempo urge para a necessidade de reclamar os direitos, apresentam uma proposta no sentido de reforçar o interesse sobre o tema. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu que é uma proposta de manifestação desta assembleia em reivindicar, reforçar esta reivindicação junto das autoridades de não deixar prescrever o direito de receber os impostos. -----

-----Colocou à votação. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

1.3 - Informação da correspondência recebida e expedida. -----

-----Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia Municipal desde a última sessão. -----

-----Não havendo intervenções passou-se ao ponto seguinte. -----

1.4 Período de Intervenção do Público. -----

-----Houve um pedido de intervenção do público que deu entrada na Mesa, foi dado o uso da palavra ao Senhor: -----

ALBINO RODRIGUES falou de duas situações de interesse para a vila de Mogadouro. -----

-----Primeiro: higiene e saúde pública, durante o período de festas de festividades da vila os cafés fecham as casas de banho a partir de uma determinada hora e é no seu bairro, mais precisamente na rua em que mora e na outra que as pessoas fazem toda e qualquer necessidade. -----

-----Pediu ao Senhor Presidente para ajudar na resolução dessa situação. -

-----Segundo: o Ruído, que não é só de agora, mas que este ano foi demais, disse ter direito ao seu sossego, ao seu descanso como toda a gente do bairro tem, moram no local pessoas de idade, crianças, disse cortar-lhe o coração quando alguém lhe diz que o filho não dormiu durante a noite, gente que trabalha. -----

-----Que a Lei 7/2007, que é a Lei do ruído aponta precisamente para as pessoas terem direito a esse bem estar, ao sossego. Durante toda a noite Dj's o barulho é insuportável, a responsabilidade é da Câmara, telefona para a GNR e diz-lhe que não pode fazer nada, qua a Câmara passa licenças. Aos


Paulo Coelho

fins de semana viram as colunas para fora. Não quer que fechem o café, mas quer que não façam barulho. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que já tinha sido alertado pessoalmente pelo Município, que se deslocou ao local e que as ruas lhe pareceram limpas. Disse assistir a razão não só a este Município como a outros que em festividades da mesma natureza e de outra ordem o concelho leva a efeito, que é evidente que não é agradável e que a higiene ainda se pode contornar. Quanto ao ruído a GNR não pode dizer a quem cumpre implementar, a quem cumpre fazer cumprir a Lei é à GNR, a Câmara emite licenças de acordo com o regulamento, mas que se sabe que os cafés fecham e que ficam fora, como ficam em Lisboa na rua a beber cerveja que vão comprar aos hipermercados e levam para a rua para beber. Frisou que isto é um problema e é um fenómeno que não é só de Mogadouro, que não é confortável para quem vive nestas imediações. -----

-----Frisou que vão ver se é possível minimizar a questão dos horários do ruído, crê que o regulamento permite nestas circunstâncias até às quatro da manhã. -----

-----Espera que no futuro se consigam minimizar estes fenómenos. -----

-----**1.5 - Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.** -----

-----Pediram para intervir os membros: -----

PAULO COELHO fez a seguinte intervenção “*Tive oportunidade de visitar o Espaço de Coworking que está instalado no edifício do EPVARA. Visitei o espaço quando estava muito calor e parece-me que não tem as melhores condições térmicas para o efeito que se pretende. Além do ambiente muito quente o espaço tem pouco mais do que umas mesas e cadeiras. Depois de visitar o espaço de coworking e os outros espaços do edifício constatei que havia uma sala de formação a funcionar no meio do espaço sem condições para a realização de formações. O espaço de coworking, a ACISM, e outras associações podem e devem ter um espaço mais adequado à sua função social e económica num edifício como uma incubadora de empresas. As associações empresariais são um veículo muito importante na formação e no apoio às empresas. As sinergias de conhecimento resultantes da interação entre os vários atores que podem ser acolhidos numa incubadora de empresas poderão ser um fator de desenvolvimento. Além desta integração o foco deste investimento deve ser a estimulação à criação e atração de empresas para o nosso território.* ----

-----*O manifesto eleitoral que o Partido que nos governa apresentou à comunidade indica como objetivo a criação de uma incubadora de empresas. Têm existido vários avisos públicos para financiamento deste tipo de investimentos, o senhor Presidente da Câmara tem tido várias reuniões com organismos decisórios sobre este tipo de apoios à economia local e sobre este assunto nada! Toda a estratégia de apoio às empresas que o PSD apresenta no manifesto eleitoral pode ser toda integrada num*



edifício pensado de forma holística. Para a implementação desta ideia existe dinheiro disponível financiado pelo menos a 80%. Estamos a ter um enorme custo de oportunidade ao não aproveitar estes fundos públicos e dotar a nossa comunidade de infraestruturas necessárias para nosso crescimento. Estamos no último ano que nos governam e eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara se ainda vamos ter uma incubadora de empresas no vosso mandato ou vamos ter que ser nós a fazê-la com 4 anos de atraso?-----

Obrigado a todos pela vossa atenção. -----

Continuação de um bom trabalho”. -----

JORGE DIAS fez a seguinte intervenção “Passado três anos deste mandato, recordo o que referi numa das primeiras Sessões de Assembleia e que ainda continua sem uma resposta adequada. -----

Cemitérios. A tal equipa que disse a ser criada. Ainda não existe porquê? - Gostaria que o sr. Presidente visitasse o cemitério de Mogadouro, principalmente a parte de trás da capela e reparasse na desorganização e falta de limpeza, ali presentes. Compreendo que o funcionário que ali trabalha não chega para as “encomendas”, mas terá então que se arranjar uma solução. -----

Biblioteca – Não me vou referir novamente ao espaço exterior, pois sei que os problemas estruturais não são fáceis de resolver, assim como às ditas bicicletas elétricas que continuam sem abrigo e inoperacionais. -----

Refiro-me concretamente ao espaço interior do edifício. Continua no Verão a ser insuportável permanecer muito tempo devido ao calor ou à falta de ar condicionado e no Inverno continuamos a ser contemplados por uma paisagem de recipientes para apanhar a água da chuva. Durante o ano também reparei que a Biblioteca não estava munida de computadores e Internet. Refiro até um caso que nos princípios de setembro um professor que se encontrava de férias em Mogadouro e que pretendia corrigir exames para o qual foi convocado, esbarrou com estas incompatibilidades. A famosa serpente do Medal, que mais dos lagos do Sabor, pouco temos visto. O caminho recentemente aberto para o miradouro do lado dos Estevais, apresenta um elevado declive e certos perigos para quem o visita. Estou certo que brevemente, tanto o caminho junto ao miradouro como o próprio miradouro irão sofrer obras de beneficiação e certamente de acordo com o espaço Natural envolvente. -----

Congratulo-me, no entanto, pelo início da recuperação das obras de arranjo na queda de água da Faia Alta”. -----

MANUEL LOBO fez a seguinte intervenção: “Venho fazer algumas questões de interesse autárquico. -----

Gorazes. -----

Como todos sabemos o município é o principal patrocinador da feira dos gorazes que se aproxima. Em 2022 o orçamento da feira foi 80.000 eur, em


Pre

2023 165.000 eur. Este ano parece que vai subir para os 225.000. Pedia ao Sr. presidente para confirmar este valor? Se aumentou relativamente ao ano passado e porquê, o que há de novo? -----

Obras a decorrer. -----

Verificamos dos diversos cartazes espalhados pela Vila os valores das obras a decorrer, nomeadamente do Ginásio Municipal, Av. do Sabor, Matadouro, entre outras. -----

Nestes cartazes referem os valores de investimento, não batem muito certo com os valores que estavam no Orçamento, não sei se faltam valores como o IVA e a participação comunitária. Pergunto porque não constam esses valores nos cartazes. O valor ainda vai derrapar ou não há qualquer participação comunitária? Como tal, recomendamos a atualização desses cartazes, para que os munícipes possam ter noção do dinheiro real que vai sair dos cofres do município e dos contribuintes. -----

Já agora, apenas como curiosidade, Miranda do Douro lançou em julho o concurso para o novo matadouro, orçado em 4.664.492 eur, que vai ficar localizado em Sendim. O nosso já está em andamento e vai custar à volta de 3 milhões. Portanto os dois concelhos andam a competir por matadouros num raio de 25 km, achando que vai dar progresso e competitividade quando há cada vez menos cabeças de gado e consumo de carne. Infelizmente. Deixo os comentários para vocês. -----

Pavilhão Multiusos de Meirinhos. Venho por este meio felicitar a junta de Meirinhos pela concretização da obra do pavilhão, que estou certo, será de utilidade e irá contribuir para a dinâmica da localidade, durante todo o ano. Sublinho o cuidado que tiveram na inscrição da placa, com a menção a todos os intervenientes. É um exemplo a seguir daqui para a frente. Parabéns. -----

Piscinas-----

O verão passou e parece que já estamos no inverno. No entanto nas vezes que frequentei a piscina municipal, continuavam ausentes os valores analíticos que deviam estar disponíveis publicamente, mas não estavam afixados em local próprio.

Alguma razão em particular para isso? Foi lapso? -----

Festividades de verão. -----

Queria deixar uma palavra de apreço e de felicitação a todas as comissões de festas das diferentes aldeias e também em particular à da Vila de Mogadouro - Nossa Sra. do Caminho. A sua dedicação, esforço e resiliência são exemplos para outros concelhos. Aqui ainda é o povo que escolhe os cartazes das festas com um orçamento independente. Este ano, foi ano de particular sucesso, que contribuiu para a dinâmica empresarial, económica, turismo e também para a forma particular viver a fé de cada um. Felicito em meu nome e em nome da bancada parlamentar do partido



socialista todas as comissões deste ano e das futuras comissões. É algo que devemos procurar manter”. -----

PAULO CARVALHO fez a seguinte intervenção: *“Peço desculpa por na minha primeira intervenção, por pressa no reparo, só ter desejado bom dia.* -----

-----Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários -----

-----Ex. mo Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

-----Srs. Vereadores-----

-----Caros colegas, público presente, e para quem nos está a seguir em casa, muito bom dia. -----

-----Tenho 3 questões a fazer, ou 3 intervenções. -----

-----A primeira prende-se com: parabenizar alguns mogadourenses que contribuíram para a vitória do Grupo Desportivo de Miranda do Douro, em Futsal, na Taça Transmontana, e portanto, (como já tinha feito à 2 anos com o Clube Académico de Mogadouro, também ganhador deste troféu, em competição com uma equipa da Associação de Futebol de Vila Real), neste caso o Grupo Mirandês foi o digno vencedor, mas com um forte contributo de Miguel Castro, Pina Martins e Nelson Moreira, Mogadourenses que neste momento atuam no GDMD.-----

-----A segunda é uma pergunta que gostaria de deixar ao Sr. Presidente, ou a quem queira responder, e pergunto se os rituais de Inverno de Mogadouro se fizeram representar no Festival Internacional da Máscara Ibéria – FIMI, como tem acontecido desde que existe. E se não, porque é que tal não aconteceu, uma vez que o evento dos mascarados de Lisboa, é provavelmente aquele que tem mais expressão, mesmo a nível Europeu e Mundial, e, portanto, seria um excelente momento para poderem e deverem estar representados. -----

-----Depois, deixo um alerta para o abandono quase total de alguma da iluminação pública, pelo menos de Mogadouro. Refiro-me essencialmente à iluminação, ou melhor, à falta dela, em alguns monumentos e espaços públicos. Mais propriamente, refiro-me à iluminação da Estátua de Trindade Coelho, das árvores dos jardins centrais, da rotunda do bombeiro, do Pelourinho, da Igreja da Misericórdia, da Central de Camionagem, do Convento de S. Francisco, do próprio Franciscano que ali se encontra, dos painéis da história que também se encontram no recinto da Câmara, entre tantos outros, e portanto, todas aquelas luminárias que foram colocadas para embelezar e para dar um bocadinho de dignidade aos espaços, neste momento encontram-se quase todas fundidas, e, no mínimo, há que as substituir. Em relação também à alteração que se tem verificado na iluminação pública, de convencional para LED, percebemos a importância dessa substituição, e é realmente importante também em termos ambientais, mas parece-nos que em



*algumas artérias, ou por defeito de estudo, ou até defeito na própria aplicação, a intensidade das novas lâmpadas retiram luminosidade às artérias, e alguns dos espaços encontram-se escuros, sombrios, o que põe em causa quer a segurança, quer a atratividade desses locais. Dou exemplos que me parecem bem conseguidos. Por exemplo a “Rampa do Hospital”, que me parece muito bem iluminada, mas depois há outras artérias que com a substituição ficaram ainda com menos luminosidade da já existente anteriormente, e, portanto, sabendo da importância também da noite, quer para os nossos munícipes se sentirem seguros, mas também para quem nos visita poder estar também com a confiança necessária para poder passear e ver, sem tropeçar, urge analisar e substituir.-----
-----Obrigado.” -----*

CARLA LOUSÃO deixou duas sugestões, uma está relacionada com os resíduos e os monos que normalmente são depositados nas freguesias, ao falar de resíduos fala-se no lixo normal, o lixo de maior porte a que se dá o nome de monos (colchões, máquinas) e que de acordo com o que está estabelecido a retirada dos monos decorre nas freguesias rurais no último sábado de cada mês, mas devem ser colocados junto dos contentores do lixo na quarta que antecede esse sábado, mas o que está a acontecer na freguesia de Castro Vicente é que têm sido depositados quarta-feira mas chega o sábado e não são retirados. -----

-----Salientou que os monos que foram depositados no mês de agosto ainda estão no mesmo local e que já é prática recorrente ao longo do ano. Disse compreender que possa haver falta de mão de obra, porque em pleno mês de agosto é mais complicado por causa das férias, se calhar são postos de trabalho que são menosprezados e que devem ser valorizados, porque a partir do momento em que falham à retirada do lixo, falta a limpeza dos espaços. -----

-----Sugeriu que se o problema não é resolvido com o calendário que têm, uma vez por mês, basta que haja um reajustamento com os recursos humanos que estão disponíveis. -----

-----Pedi ao Senhor Presidente para fazer essa intervenção junto da empresa responsável sobre os mesmos. -----

-----A outra sugestão é no sentido de fazer a digitalização de alguns procedimentos administrativos a nível do balcão único, falou na digitalização de minutas de requerimentos e que haja uma forma de pagamento mais automática como a emissão de entidade e referência para que se possa pagar por multibanco. -----

-----Salientou a distância e falou sobre as licenças das festas, que já conseguem obter o parecer das autoridades por via digital, mas a nível do Município ainda não é possível. -----

-----Frisou também o pagamento de água em atraso que só é possível pagar no balcão da tesouraria. -----



-----Falou ainda sobre a vegetação espontânea, que cada vez é maior nas freguesias, que deverá haver uma maior fiscalização sobre os espaços e começar a pensar numa estratégia para minimizar eventuais possibilidades de incêndios. -----

TERESA VILARIÇA referiu o regulamento do Município que apoia a agricultura e a agropecuária, que numa das atas pode verificar que um agricultor pediu apoio para plantação do medronheiro e que lhe foi indeferido, porque o regulamento apenas menciona amendoal, macieiras, olival, vinha e castanheiros. Acha que a Câmara deveria repensar os apoios para serem alargados a outras culturas (medronheiro e marmeleiro por exemplo), deveriam verificar se os terrenos são aptos para determinadas culturas e perante isso decidir se deverão, ou não ser apoiadas. -----

-----Referiu que o regulamento deveria ser alterado. -----

-----Frisou que a opção de algumas culturas tem a ver com os apoios que recebem do IFAP. -----

-----Pedi ao Senhor Presidente que em conjunto com as outras Câmaras pensassem numa forma de melhorar o acesso a Bragança. -----

BELMIRO FERREIRA fez a seguinte intervenção: *“No decurso do FIMI - Festival Internacional da Máscara Ibérica, que decorreu em Lisboa, no dia 21 de setembro, houve muitas interações nas redes sociais, sobre o mesmo. Mas a minha intervenção sobre este assunto, tem a ver, que houve cidadãos do concelho, principalmente da freguesia de Bemposta, a escrever, ou mostrar o seu desagrado com o facto, e mais, na rede social de um concelho vizinho e amigo. -----*

Claro, que ler e ver fotos e vídeos, também causou em mim, alguma tristeza, e li também, que está em curso a candidatura para inscrição na PEI, das máscaras dos nossos amigos do concelho vizinho. Em dezembro de 2023, numa intervenção nesta assembleia, sobre as máscaras do concelho, fiz referência ao Chocalheiro de Bemposta. -----

Usei esta afirmação. A minha sugestão era que a Excelentíssima Câmara, procede-se a todo o trabalho técnico, que leva-se a que este ritual que se realiza neste período do solstício de inverno, fosse registado no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. -----

O Sr. Presidente, falou à comunicação social, a propósito do evento que se realizou em fevereiro em Bemposta, e usou a afirmação que ouvi, e com a seguinte transcrição: “Fazemos uma grande aposta neste evento, para o qual também estamos a dar início a uma candidatura para que seja considerado, Património Imaterial da Humanidade.” -----

Eu gostava e acho, que todos ficamos felizes e orgulhosos em que o Chocalheiro de Bemposta, fosse reconhecido, como Património Imaterial da Humanidade. -----

Assim, Sr. Presidente, faço estas perguntas, que agradeço a resposta. -----

O que foi feito pela Câmara? -----



Quando é entregue a candidatura?” -----

PRESIDENTE DA CÂMARA começou por responder ao Deputado Paulo Coelho, disse que estava como os membros do Governo que saíram, que estiveram oito anos e não fizeram nada e querem que este Governo em cinco meses resolva os problemas todos, que a Câmara já tem três anos e que o espaço Coworking era um processo que já estava em andamento e que entenderam que como aquele edifício já não servia para mais nada e que não se coaduna com a ideia para que foi feito, procuraram tirar partido dele dando um melhor aproveitamento possível, que o espaço Coworking é um projeto da CIM para todos os municípios, foi mostrado o espaço aos técnicos da CIM e entenderam que reunia as condições. -----

-----Perguntou ao Deputado Jorge Dias se em oito anos que estiveram na Câmara arranjam alguma equipa para os cemitérios, que está lá um funcionário, mas poderá arranjar-se uma equipa para fazer isso em todo o concelho. -----

-----Em relação à biblioteca, quando se critica tem que se saber porque é que se critica, porque se fosse um problema fácil teria sido resolvido pelo anterior Executivo, que tinha adjudicado a um empresário da terra que pelo menos tentou pôr a funcionar mas não conseguiu. -----

-----Informou que mandou fazer um estudo e que já está adjudicada a recuperação da biblioteca e da Casa das Artes, que tem o mesmo problema, porque com os anos é preciso fazer manutenção e com certeza anteriormente não foi feita da melhor maneira. -----

-----Disse que o Medal é um local maravilhoso, mas os locais têm donos, aquele espaço é uma quinta com 130 ha que pertence a uma empresa de madeira, que já reuniram com a empresa e que já solicitaram a cedência para poder utilizar a zona onde normalmente as pessoas se deslocam para ver a serpente do Medal e que iram celebrar um contrato comodato que já está elaborado e assinado pela empresa para poderem elaborar o projeto para instalação de um miradouro. -----

-----Informou que se abriu o caminho e que dos Estevais até lá consegue ir com carro, esse caminho irá ser pavimentado. -----

-----Em resposta ao Deputado Manuel Lobo disse que também se preocupa com os orçamentos, principalmente quando o dinheiro é público, mas não quer dizer que como Mogadourenses não se tenha a ambição de acompanhar aquilo que a região vai fazendo, no primeiro ano oitenta mil euros, no segundo foi aprovado um orçamento de cento e sessenta e cinco que baixou depois para cento e cinquenta (como se fará a apresentação das contas da ACISM na próxima reunião de Câmara) devido aos patrocínios que a ACISM conseguiu com a ajuda da Câmara Municipal, neste momento é um projeto mais ambicioso, de duzentos e vinte e cinco mil euros e que irá ser dado um especial relevo aos produtos *Origem Mogadouro*. -----

-----Informou que hoje ainda iriam ser submetidas três candidaturas ao



2030, Avenida do Sabor, Bairro de São José e a ligação do Bairro do Valado ao Complexo Desportivo e todas as outras irão ser submetidas de acordo com os avisos que têm saído. Temos que pressionar o Governo porque se mantém a regra do 75, 25, no quadro anterior estava definido que na questão da requalificação urbana e dos imóveis, as cidades tinham 75% do valor negociado com a CIM e as vilas tinham 25%, Bragança recebeu 26 milhões, Mirandela e Macedo à volta de 11 milhões e Mogadouro e as outras vilas 1 milhão. -----

-----Referiu que as coisas levam o seu tempo porque é preciso convencer a União Europeia a alterar o regulamento. -----

-----Falou da inauguração do Pavilhão de Meirinhos e que a placa não o incomoda nada, disse que gostou de estar presente, mas que não é um pavilhão para desporto, mas sim para servir refeições e que está muito bem dotado, mas que pode ter muita aplicação com o desenvolvimento dos *Lagos do Sabor*, pode também atrair vários tipos de eventos (casamentos, batizados). -----

-----Frisou que lamentava que não estivesse presente na sessão o Senhor Presidente da Junta, porque deveria pedir desculpas ao Presidente da Câmara e à sua Chefe de Gabinete, pelo que ocorreu durante a cerimónia de inauguração do pavilhão, disse que o que aconteceu foi muito grave, que faltaram ao respeito à Chefe de Gabinete do Presidente do Concelho e que independentemente de quem seja, é sempre grave. -----

-----Ressalvou que não o choca estar o nome da pessoa que iniciou a obra, mas que as pessoas têm que entender porque é que iniciou a obra, que teve oportunidade de explicar às gentes de Meirinhos, que iniciou a obra porque negociou as contrapartidas da concessão das barragens para Meirinhos. ----

-----Disse entender que os fundos que resultam do baixo sabor devem ser investidos nas freguesias que confinam com o rio Sabor, Meirinhos recebeu o pavilhão, Remondes recebeu a pavimentação e a cozinha regional, Castro Vicente foi a única que viu uma candidatura aprovada com de 5 ou 6 mil euros, mas que com a ajuda da Câmara verá esse valor aumentado para realizar um projeto, Paradela beneficiou com o forno que está lá construído. -----

-----Referiu que as pessoas têm que se convencer que os mandatos terminam quando acabam, que têm um término e que os Presidentes mudam, que atualmente o Presidente é António Joaquim Pimentel, que não é Francisco Guimarães, disse que por acaso gostou de o ver a pegar no micro ao Padre para benzer, que ficou bem, que se há pessoas que se prestam a esse serviço, que só tem que saudar, que ele não seria capaz de o fazer e ver o que aconteceu com familiares do próprio e não dizer nada, nem pedir desculpa. -----

-----Informou o Deputado Paulo Carvalho que a Vereadora Márcia falaria sobre a questão dos rituais. -----

-----Quanto à questão dos Led`s disse ter a mesma sensação e que já falou



com os gestores da E-redes e o que lhe disseram é que é natural parecer isso porque a luz é mais branca e também por causa da intensidade. -----

-----Informou a Deputada Teresa Vilariça que o assunto já foi discutido na Câmara e que aprovaram o regulamento para aquilo que entenderam que deviam promover. -----

-----Concordou que a estrada para Bragança deve ser melhorada, salientou que tinha estado em bragança numa reunião da Terra Fria e que o Ministro das Infraestruturas ligou ao atual Presidente da Câmara a dizer que a ponte de Vimioso a Carção iria fazer parte do orçamento para 2025. -----

-----Referiu que tem sempre dificuldade em perceber o que o Belmiro quer dizer, pensa que falou das máscaras ibéricas, e que a Vereadora Márcia poderá falar sobre o assunto. -----

MÁRCIA BARROS esclareceu o Deputado Paulo Carvalho que o que aconteceu com o Festival Internacional da Máscara Ibérica é que à semelhança de muitos outros eventos só podem ir os convidados e que o Município não recebeu nenhum convite para se fazer representar. Disse que iriam fazer um pedido de esclarecimento aos envolvidos na organização, até porque nos cartazes promocionais, num deles está o chocalheiro de Vale de Porco e noutro o de Bemposta. -----

-----Disse ter-se passado algo que não conseguem entender, não sabe se tem a ver com rivalidades ou conflitos de interesses até porque a ida à Sardenha não foi muito bem vista por outros grupos. -----

-----Agradeceu aos Presidentes de Junta e a todos os outros envolvidos que acompanharam a delegação que foi a Itália para fazer representar os rituais. -----

-----Disse que ainda ontem tiveram reunião na CIM colaborativa do turismo e estiveram a alinhar a presença no que será em Tur, Valhadolid, e na Fitur, que será em novembro e janeiro, respetivamente. -----

-----Reforçou que a dinâmica que as máscaras têm tido é reconhecida. ----

-----Agradeceu ao Presidente da Junta de Tó pelo trabalho que fez à entrada da sua freguesia (o Farandulo). -----

-----Informou o Deputado Belmiro Ferreira que a candidatura está em fase de elaboração. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu que a Deputada Teresa não estava a pedir apoio monetário, ou outro tipo de apoio logístico para movimentar pessoas, mas sim apoio para beneficiar as vias terrestres e de comunicação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA prosseguiu com os trabalhos e passou ao “período da ordem do dia”: -----

-----2.1 *“Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro”* -----



PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a Situação Financeira do Município se apresentava à data de 10 de setembro de 2024 com uma dívida a fornecedores de 114.302,08 €, 0 € a empreiteiros, empréstimos em dívida 0 €, Leasings 0 € e encargos para o presente ano 0 €, um saldo orçamental de 3.809.997,87€, operações de tesouraria 768.773,09€, em documentos 44.322,38€ e fundos comunitários a receber 376.444,79€. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA não havendo intervenções passou ao ponto seguinte: -----

-----**2.2 – Gabinete do Presidente – Proposta de deliberação – Dissolução da Associação de Municípios de Trás - os - Montes e Alto Douro - Para Análise e deliberação.**-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA não havendo intervenções colocou o ponto à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Anunciou o próximo ponto. -----

-----**2.3 – Gabinete do Presidente – Proposta – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Participação no IRS - Para Análise e deliberação.**-----

-----Informou que chegou à Mesa uma proposta de recomendação que sugeria que fosse retirada, porque as propostas têm um ponto certo para serem apresentadas, que é no ponto 1.2, pode falar-se no assunto, mas não uma proposta de recomendação à Assembleia. -----

PAULO COELHO fez a seguinte intervenção: *“Tendo conhecimento que a Câmara Municipal de Mogadouro goza, no curto prazo, de uma boa saúde financeira e dada a conjuntura económica desfavorável para as famílias, acreditamos que estão assim reunidas as condições para um alívio no IRS das nossas famílias. No entendimento do Partido Socialista o Município deve e pode ser um promotor de qualidade de vida para os que aqui residem. Tendo também em conta que este pode ser um fator de incentivo para fixar e atrair pessoas para o nosso território, como fazem, e muito bem, outros Municípios no nosso país. Posto isto, entendemos que esta Autarquia, deve dispensar na totalidade para os seus Municípios, a participação variável no IRS. Para que a diferença entre a taxa máxima de participação 5% (cinco por cento) e a taxa escolhida pelo Município reverta a favor dos munícipes. Recomendamos a participação variável de 0% (zero por cento) no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2025”.* -----

MANUEL LOBO informou que as propostas de recomendação foram entregues na altura certa, que no ponto 1.2 as propostas já estavam na Mesa. Ao que o Senhor **Presidente da Assembleia** respondeu que não apresentou nesse momento, porque evocavam a apresentação no ponto 2.3. O Deputado **Manuel Lobo** disse que nessa altura é que devia ser dito, não



era agora estar a inviabilizar que essa proposta seja feita. O **Presidente da Assembleia** referiu que está só a cumprir o que lhe é pedido. -----

PAULO COELHO disse que não estão a pedir ao Presidente da Assembleia que faça uma votação, disse que era muito claro o que ali está e passou a ler: “Segundo o artigo 24º alínea c) do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, vimos recomendar a todos os membros desta Assembleia que não aprovem a proposta para aprovação de uma participação variável de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2025”.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA salientou que o documento está mal elaborado, não devia ter o título de proposta de recomendação. -----

ILÍDIO GRANJO referiu que há uma confusão e que não querem confusões, disse que estão numa Assembleia partidária que tem as suas responsabilidades e a Mesa tem também as suas responsabilidades. Em primeiro lugar, dar ao Senhor Presidente da Câmara, a palavra para fazer a informação do conteúdo das propostas e depois é que dá a palavra aos Deputados, sempre foi assim e tem que ser assim. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA reforçou que vai retirar a proposta e o tema pode e deve ser tratado após o senhor Presidente expor o assunto.

PRESIDENTE DA CÂMARA perguntou quantas vezes o PS introduziu IRS 0% em Mogadouro? Disse que a proposta que o Executivo apresenta é redução em 50% do valor a que a Câmara tem direito, tem direito a 5% que reduza para 2.5%, que é aquilo que também aconteceu durante os oito anos que o PS esteve na Câmara e que é normal porque a Câmara também precisa de receitas para implementar os seus projetos. Pediu permissão, (porque ainda não se tinha apercebido que estava nesta Assembleia o ex-Presidente de Câmara Dr. Guilherme Sá Moraes Machado), agradeceu a sua presença e disse que cumprimentava com um forte abraço. -----

JORGE DIAS respondeu ao Senhor Presidente da Câmara por estar sempre a dizer que há oito anos não fizeram, disse que aprendia com os erros e salientou que se deve mudar e conscientemente pensar no benefício das pessoas na atual situação e que na atual situação seria melhor não se retirar aos munícipes aquilo que lhe faz falta. -----

MANUEL LOBO esclareceu que o Executivo PSD apresentou num ano a proposta de 0% de IRS, mas não nos podemos esquecer que foi pelo facto de no ano anterior se ter esquecido de o propor à Assembleia e como não o levou à Assembleia pagámos todos 5%. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA disse aos membros do PS que têm que ter mais postura naquilo que defendem, quando estão na oposição e quando estão no poder. -----

-----Frisou que em relação ao IRS que estão a defender, já que são um partido de esquerda preocupados com os mais pobres. Perguntou se sabiam quem paga IRS? Se sabiam quem estão a querer defender? Disse estarem a



defender os que têm vencimentos grandes. Quem ganha o ordenado mínimo paga IRS? -----

-----Referiu que a Câmara e o Executivo concedem muitos apoios por isso Mogadouro é considerado dos concelhos mais solidários do país. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por maioria com nove (9) votos contra, zero (0) abstenções e vinte e seis (26) votos a favor. -----

JORGE DIAS fez uma declaração de voto: procuro sempre colaborar e ser positivo em relação às pessoas que residem em Mogadouro e entendo que a Câmara goza de uma boa saúde económica e financeira para dispensar a sua comparticipação variável no IRS. -----

-----Passou ao ponto 2.4 -----

-----**2.4 – Gabinete do Presidente – Proposta – IMI – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2025 - Para Análise e deliberação.** -----

PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que em relação ao IMI a proposta é clara, prédios rústicos 0,8%, prédios urbanos 0,3%. De acordo com o agregado familiar com um dependente a cargo tem uma dedução fixa de 20€, com dois dependentes 40€, com três ou mais dependentes 70€. -----

PAULO COELHO fez a seguinte intervenção: *“Segundo o artigo 24º alínea c) do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, vimos recomendar a todos os membros desta Assembleia que não aprovem a proposta para a Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2025. Recomendamos que sejam atualizadas as tabelas relativas ao artigo 112ºA pois na sua redação mais recente em 2023 apresenta outros valores para a dedução fixa. Para 1 dependente a proposta do Município é de 20€, enquanto que a lei 56/2023, de 6 de outubro indica 30€. Para 2 dependentes a cargo a proposta do Município é de 40€, enquanto que a lei indica 70€. Para 3 ou mais dependentes a cargo a proposta do Município é de 70€ enquanto que a lei indica 140€.* -----

Recomendamos ainda que para efeitos da Lei nº56/2023 o período de isenção a conceder a prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário não exceda 125.000,00 (euros) seja de 5 anos em vez de 3 anos”. -----

JORGE DIAS referiu que esta proposta está sustentada numa legislação que já não é atual. Disse só haver duas hipóteses, ou o Senhor Presidente da Assembleia remete ao plenário a sua aceitação, ou a proposta deve ser retirada.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que sempre confiou nos técnicos da Câmara quando informam o Presidente e parte do princípio que informam bem, mas uma vez que surgiu esta questão, poderá admitir que possa haver algum lapso por parte de algum dirigente, mas que caso haja lapso e que a

Lei remeta para os valores mencionados pelo Deputado Paulo Coelho, deverá ser aprovada com esses valores. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA sugeriu que a proposta deverá ser retirada e deverá voltar ao Executivo, para ser retificada e posterior aprovação pela Assembleia Municipal na próxima sessão. -----

-----Informou que o ponto 2.4 foi retirado por iniciativa da Câmara Municipal de Mogadouro. -----

-----Passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

-----**2.5 – Gabinete do Presidente – Proposta – Quarta Alteração do Mapa de Pessoal para o Ano 2024 - Para Análise e deliberação.** -----

PRESIDENTE DA CÂMARA referiu a criação de dois lugares, um técnico superior de Arquitetura e outro de Engenharia Eletrotécnica, para aprovação pela Assembleia Municipal. -----

JORGE DIAS informou que a certidão não coincide com o teor da proposta e com aquilo que o Senhor Presidente acabou de dizer.

PRESIDENTE DA CÂMARA retificou a sua intervenção e disse que a certidão estava correta e que na realidade o que foi aprovado na reunião do Executivo foi a criação de 3 (três) lugares, 1 (um) Técnico Superior na área de Informática de Gestão e 2 (dois) na Carreira Especial de Fiscalização, porque temos apenas um fiscal que eventualmente vai para a pré-reforma a seguir aos gorazes. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que o que conta para poder deliberar é a certidão que foi extraída da deliberação da reunião do Executivo, o documento de suporte não está correto, mas já foi dada a informação correta pelo Senhor Presidente. -----

-----Colocou à votação se era, ou não, suficiente a certidão para votar o ponto, uma vez que é um assunto urgente. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 2.5 foi colocado à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção e trinta e quatro (34) votos a favor. -----

-----Passou ao ponto seguinte. -----

-----**2.6 – Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação referente à Apreciação de Estatuto de Interesse Municipal para uma Unidade de Saúde na Localidade de Mogadouro - Para Análise e deliberação.** -----

PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que duramente muitos anos Mogadouro passou a vida a discutir, porque os políticos, independentemente de quais eram, deixaram ir para Macedo o hospital que estaria para ser construído em Mogadouro. -----

-----Informou que houve uma empresa do setor da saúde que manifestou interesse em instalar um polo dessa instituição (Hospital Terra Quente) em Mogadouro, a exemplo do que está a fazer em Foz Côa, com o apoio da



Câmara Municipal. -----
-----Referiu que Mogadouro tem a cantina velha e o terreno ao lado do liceu, que foi aberto concurso para ver se aparecia alguém que quisesse construir um hotel, mas o concurso ficou deserto, não houve interessados. Foi aí que apareceu o Terra Quente e o Município mostrou abertura em lhe ceder essas instalações, para poderem aí implementar um Polo do Hospital Terra Quente. Informou ainda que já foi aprovado em reunião de Câmara o Interesse Municipal neste investimento e que é o que se pede que seja aprovado nesta sessão da Assembleia Municipal, o Interesse Municipal na Instalação do Polo do Terra Quente nesse local. -----

JORGE DIAS fez a seguinte intervenção: *“Apreciação do Estatuto de Interesse Municipal para uma Unidade de Saúde – Hospital Terra Quente. Analisada a proposta em causa, cumpre-nos dizer. Somos a favor da implantação de uma Unidade de Saúde em Mogadouro. Reforço, somos a favor. No entanto existem algumas dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas de modo a evitar que tudo isto não se torne um “presente envenenado”. Como todos sabemos, existem já em Mogadouro, algumas clínicas de análises e de outros cuidados de saúde.* -----

1º - Foram estes empresários tidos em conta para a pretensão do espaço citado? -----

2º - Quais serão precisamente os exames de diagnóstico, que a Unidade de Saúde se propõe realizar? -----

3º - Que tipo de colaboração será fomentada entre esta Unidade de Saúde e os fornecedores e prestadores de serviços locais? -----

4º - Soubemos que deu entrada nesta Autarquia, no dia 6 DE SETEMBRO DE 2024, um requerimento, dirigido ao sr. Presidente da Câmara, na pretensão de ser analisada uma Proposta de um Hospital Dia com Clínica Médica, também para edificar na mesma localização, antiga cantina escolar. -----

Queríamos efetivamente saber, porque é que a referida proposta não foi levada à última reunião do executivo e subsequentemente a esta Sessão da Assembleia. Pois como verificamos estão presentes para deliberação outras certidões que foram emanadas da última reunião do executivo, realizada no dia 24 do corrente mês. -----

Volto a frisar. NÓS SOMOS A FAVOR DA IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE”. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que normalmente uma ação provoca uma reação e que não está preocupado com reações, mas sim com o interesse de Mogadouro, que está aqui a defender os interesses dos Municípes e do concelho de Mogadouro. O Terra Quente pediu, o Município demonstrou disponibilidade, entretanto surge um outro requerimento de uma outra empresa que tem um laboratório e que tem postos de trabalho em Mogadouro, que respeitam e que já foram recebidos



na Câmara, da primeira vez vieram, foram embora e sobre o assunto nunca mais disseram nada, que depois apareceu um documento escrito associado a um consultório de Mogadouro onde fazem análises. -----

-----Informou ainda que esta semana responderam a esse pedido a dizer que veem com bons olhos que instalem os polos que quiserem, mas que neste momento a Câmara não dispõe de nenhum espaço para instalar essa segunda unidade, o que não quer dizer que não venha a ter. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Propôs a interrupção dos trabalhos com debate parlamentar para dar oportunidade ao Dr. Machado de apresentar o Livro “Eleitos de abril”. -----

-----Colocou esta proposta à votação. -----

-----Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção e trinta e três (33) votos a favor. -----

-----**3.1 – Apresentação do livro “Eleitos de abril – 1976/2025”** -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu que o livro “Eleitos de abril” é um trabalho no âmbito das Comemorações do 25 de abril, organizado pela Comissão Organizadora das Comemorações dos 50 anos do 25 de abril, que aproveitou a recolha que já estava em papel, feito pelo ex-Presidente Dr. António Guilherme Sá de Moraes Machado e também pelo Senhor Heitor Joaquim Alves Calejo, em que a família foi convidada para estar presente. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA não quis deixar passar este momento, e uma vez que trabalhou doze anos com o Dr. Machado, sem dizer que desde o primeiro dia que entraram na Câmara o Dr. Machado tinha uma preocupação e dizia-lhe muitas vezes “*Pimentel o que não fica escrito desaparece*”, portanto é bom que tudo fique registado. Na altura tinha como adjunto o Senhor Heitor e juntamente compilaram uma série de documentos que lhe permitiu fazer uma série de livros que já publicou. Que nesta data comemorativa veio à memória que o Dr. Moraes Machado tinha pedido ao Heitor para fazer este registo de todos os elementos que tinham disponíveis. Que só tem que agradecer a visão que o Dr. Moraes Machado tem em relação ao futuro, isto é: *registar o presente, para que o presente faça parte do futuro*. -----

-----Por último agradeceu “*Obrigado*”. -----

DOUTOR MACHADO manifestou o seu contentamento por assistir a parte da Assembleia, por tudo que representa uma Assembleia Municipal, que é na Assembleia Municipal que está o poder político e a representação de toda a população. -----

-----Frisou que gostava muito de estar na companhia de todos os presentes. -----

-----A intenção deste livro, foi porque existia um passado muito negro no



aspecto da preservação dos documentos, das tradições e da história devido aos incêndios de 1855 e de 1927, os incêndios deram um arrombo em tudo que era documentos do concelho de Mogadouro, levando a história para limites que hoje se desconhece.-----

-----Referiu que honra feita a um livro do Doutor Antero Neto que foi rebuscar muitos documentos e os apresentou em livro compilado se sabe de alguns acontecimentos.-----

-----Frisou que este livro nasce da necessidade absoluta de pôr no mapa aqueles que representam as populações, que são sem dúvida os autarcas e são a base do progresso e do desenvolvimento. Em 2012 os Municípios no seu conjunto recebiam 12% do produto interno bruto e com esses 12% eram responsáveis pelo desenvolvimento de 43 % a nível nacional, enquanto o poder central dispunha de 88% e era responsável por pouco mais, por 53%. Foram os autarcas que tiraram o país do que vinha de trás e o pôs no mapa do bem-estar, da qualidade de vida. O autarca tem contacto com as populações e resolve os seus problemas e os seus anseios. Os autarcas estão ao dispor das populações, o autarca reivindica, como assistiu hoje na assembleia, o que é importante, porque sem reivindicações não há progresso. -----

-----Salientou que se os autarcas são responsáveis por tudo que acabou de frisar, devem ficar na história, e para ficar na história tem que estar escrito, de uma forma organizada. Deu o exemplo do Pai, que escrevia muito, mas nunca publicou nada, que quando ele pegou em todos os papéis para os publicar, publicou 13 volumes, teve bastante dificuldade. -----

-----Em relação ao livro em causa “Eleitos de abril”, disse já não ter tido tempo de o publicar nem de o corrigir antes de acabar o mandato, que tinha pedido ao saudoso seu adjunto Heitor Joaquim Alves Calejo, a quem se deve o trabalho quase completo do livro, que foi o responsável por catar todos os elementos. -----

-----Disse ser fundamental que se faça um bocadinho da história e que fique registada, que se saiba quem foram os responsáveis. -----

-----Mostrou satisfação por o Senhor Presidente da Assembleia lhe ter dito que se ia publicar o livro, que devia ser atualizado com as eleições de 2013, 2017 e 2021. -----

-----Mencionou que a finalidade do livro era pôr todos os autarcas, que no livro não constam só os eleitos de abril, que constam todos aqueles que se disponibilizaram para ser úteis à sociedade e não foram eleitos. -----

-----Reforçou que o que se pretende com este livro é fazer uma homenagem a todos aqueles que trabalharam desde o 25 de abril até agora para o bem-estar da população do concelho. -----

-----Parabenizou os autarcas do concelho por trabalharem todos bem, mas que não é 100% bem, porque não estão todos, unidos, unidos. -----

-----Contou que em 1902 ou 1903, houve um conjunto de Mogadourenses

Spur
HeL

que propuseram a José Francisco Trindade Coelho a fundação de um partido, seria mais um partido a nível nacional, ao que ele respondeu: *está tudo muito certo, sois todos muito bons rapazes, muito obrigada por me terdes convidado para chefiar o partido, mas eu gostava era que formássemos o partido do concelho.* Esse partido não teria ideologia, seria o partido que lutaria pelo bem-estar do concelho. -----

-----Agradeceu mais uma vez por estar presente no momento, que era mesmo uma felicidade e uma espécie de adeus. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA referiu que ter aqui o Dr. Machado, onde esteve muitos anos, é uma emoção, como pessoa, como ex-autarca, como pessoa dedicada à comunidade, como conhecimento e que foi essa oportunidade que nos deu, juntamente com o Senhor Heitor. -----

-----Agradeceu à família, por todos corroborarem com este momento. -----

-----Frisou que para este trabalho se tornar realidade, foi com a colaboração da Comissão Organizadora do 25 de abril da Assembleia Municipal de Mogadouro. Houve uma série de trabalhos que foram distribuídos em termos de quem acompanhou mais de perto, no caso do livro foi a Arquiteta Alexandra Machado que coordenou este passo, juntamente com o esforço e disponibilidade da Câmara relativamente à Doutora Rita Gonçalves. -----

-----Agradeceu a todos e disse que isto é um presente para a comunidade, posteriormente poderão ser acrescentados mais mandatos no futuro para ficarem registados. -----

-----Anunciou que de seguida irá ser inaugurada a exposição “Educar para a Liberdade”, também inserida nas Comemorações dos 50 anos de abril, que foi o tema escolhido pela Comissão para ser trabalhado em termos de exposição documental, foi um trabalho coordenado pela Assembleia Municipal de Mogadouro através da sua Comissão para os 50 anos e que tem ainda uma Comissão mais técnico-científica que acompanhou de perto este trabalho, membros da própria Comissão e também pessoal da Câmara Municipal, que agradece à Senhora Vereadora por ter disponibilizado, porque a Comissão era constituída por pessoas da Assembleia, Câmara Municipal, aberta à sociedade (pessoas individuais) e instituições. -----

-----Passou a destacar a Doutora Ana Sarmento, Doutora Mafalda Rocha, Doutora Rita Gonçalves, Doutora Margarida Morais. -----

-----Mencionou que na exposição conseguem ver o que era antes, a transição e o pós 25 de abril em termos documentais. -----

-----Agradeceu também a quem emprestou o espólio (Agrupamento de Escolas de Mogadouro, Doutora Ana Sarmento, Câmara Municipal de Mogadouro, Arquivo Municipal de Mogadouro, Livraria Carvalho, Doutora Mafalda Rocha, Paço Episcopal de Bragança e em termos individuais: Susana Urze, que contribuíram para que esta exposição se pudesse realizar. -----



-----Reforçou a colaboração paralela, da Alexandra Machado, que fazia parte da Comissão e da Isabel Sarmiento Preto, que é colaboradora da Assembleia. O designer teve o envolvimento do Sérgio Barranco e a fotografia Narciso Fernandes. Disse não poder deixar de agradecer a todas estas pessoas pelo envolvimento de raiz neste trabalho. -----

-----Informou que darão continuidade aos trabalhos da 15ª Sessão ordinária às 15 horas. -----

II Parte

Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes trinta e cinco membros, dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Vitor Manuel Parreira Batista, Jorge José Martins Dias, Manuel Luís Varandas, Ilídio Granjo Vaz, Ana Cristina Preto Fernandes, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel José Cruz Duarte Lobo, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Paulo Ricardo Malta Coelho, Ana Cristina Nunes da Silva Barroco, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Luís José Pinto Lopes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarica, Luís Miguel Castro Cordeiro, Eliete Dias Moura, em substituição de António Amálio Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, Nelson Jorge Felgueiras Gerales, em substituição de António Luís Bernardo Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, João Manuel Afonso Gerales, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carla Alexandra Reis Lousão, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Fernando Augusto Marcos, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, Ricardo André Ramos Marcos, Américo Rodrigues, Alberto Oliveira da Costa, em substituição de Carlos Manuel Preto Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Urrós, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Ricardo Necessidade Cunha Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos membros Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança, Filipe Manuel Ribeiro Pires, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Luís Filipe Marcos Castro e Luis Pedro Martins Lopes. --

-----Não apresentou justificação o membro Anabela Mendes Pereira, José Pedro Ovelheiro Amaro e Carlos Alberto Telo Figueira. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa recomeçou a sessão dando continuidade aos trabalhos: -----

Sping
Feb

-----2.7 – *Gabinete do Presidente – Fixação de Imposto Municipal de Derrama - Para Análise e deliberação.* -----

PRESIDENTE DA CÂMARA informou que se encontra descrito na informação enviada todo o sentido e toda a amplitude deste imposto, que deverá ser aprovado anualmente em Assembleia a exemplo do IMI e do IRS. Disse que se criou a derrama, que se criou o regulamento de isenções e propõe-se a aplicação da derrama aos centros electroprodutores de energia e banca, todas as outras atividades estão isentas. -----

MANUEL LOBO referiu que não estavam muito de acordo com esta medida, porque entendiam que era discriminatória, que entendem que os impostos se aplicam a toda a gente, mas com determinadas exceções. -----

-----Relembrou que na décima sessão ordinária, no dia 15 de setembro de 2023, foi discutido o lançamento da derrama, ainda não havia o regulamento, alguns elementos votaram contra e outros abstiveram-se, mas como que tem maioria é o PSD a proposta foi aprovada, com vinte e quatro (24) votos a favor, seis (6) contra e cinco (5) abstenções. -----

-----Salientou que se houve alguém que falhou não foi a bancada do PS. --

-----Frisou que o imposto se aplica às empresas que têm sede fiscal em Mogadouro, quer sejam bancos, quer sejam empresas produtoras energéticas. -----

-----Disse ainda que Miranda já aplicou o imposto há mais tempo, recebeu duzentos e dois mil euros em 2022 e em 2023 cento e sessenta e um mil euros. Relembrou que Miranda tem duas barragens, tem mais uma sede de banco e sede da Movera. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA disse que quando se tomam determinadas decisões têm que se assumir, sejam elas positivas ou negativas. Que aprovaram o regulamento e depois aprovaram a derrama com efeitos para 2025, pela relutância e posição do PS. Já estava deliberado, mas como é obrigatório deliberar todos os anos teve que vir novamente aqui a esta Assembleia. -----

-----Reforçou que é benéfico para o concelho, que deviam estar todos no mesmo sentido. -----

MANUEL LOBO aclarou que não têm qualquer problema em defender as posições sejam elas quais forem, e tentam dar as justificações, mas que quem faz as propostas para serem votadas é a Câmara, que o Senhor Presidente disse que se fez a proposta para 2025. -----

-----Quis salientar que não foi o PS que fez a proposta. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por maioria, com zero (0) votos contra, cinco (5) abstenções e vinte e cinco (25) votos a favor. -----

-----Passou ao ponto seguinte. -----

-----2.8 – *Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível*



de 3ºGrau) – Informação referente às Taxas Municipais dos Direitos de Passagem para o Ano 2024 - Para Análise e deliberação. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que há empresas de telecomunicações que espalham fios por todo o lado. -----

-----Informou que existe uma rede subterrânea de tubos que podem utilizar. Que os serviços de urbanismo entenderam e muito bem que se criasse a taxa de 0,25 para 2024 para o direito de passagem. -----

BELMIRO FERREIRA perguntou ao Senhor Presidente se a taxa se vai aplicar a todo o concelho ou se é só em Mogadouro? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu que é aplicada no concelho todo sobre as empresas que oferecem redes de serviços de comunicações eletrónicas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Passou ao ponto 2.9. -----

-----*2.9 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3ºGrau) – Informação da Proposta de Acordo de Financiamento com a CIM das Terras de Trás-os-Montes - Para Análise e deliberação.* -----

PRESIDENTE DA CÂMARA entende que não deviam ser as Câmaras Municipais a suportar os encargos com os transportes regulares e flexíveis, porque tínhamos comboios e disseram que punham linhas de autocarros para suprir essas deslocações e a verdade é que agora cai tudo em cima das Câmaras, que se está a falar em vinte e um milhões de euros em cinco anos.

-----Informou que a sua posição a nível da CIM, foi que devia ser pedida audiência com carácter de urgência ao Senhor Ministro das Infraestruturas, no sentido e a exemplo do que faz com o metro e com os transportes fluviais em Lisboa, que assumam o pagamento destes valores, mas como isto ainda não está decidido a CIM está a organizar um concurso público porque a Santos transportes declinou o concurso aberto o ano passado. -----

-----Referiu que tinham que aprovar e passou a ler a deliberação da Câmara “*aprovar realização da despesa de acordo com o previsto no seu considerando L)*... (na alínea L) tem lá para os anos 2025 até 2029, quer para o transporte regular, quer para o transporte flexível, no transporte regular são 3.282.462,78, no transporte flexível 672.973,86 com IVA, o concurso está a decorrer e propõe-se a sua aprovação, porque a verba está a ser cabimentada pela CIM, mas são as Câmaras que transferem para as CIM`s.

-----Informou que neste concurso aparece para Mogadouro e Miranda do Douro um valor um bocadinho superior, porque se assumiu um transporte urbano com autocarro elétrico, a CIM tem que atingir determinado plafond de sustentabilidade por isso Mogadouro assumiu que colocaria um autocarro elétrico e Miranda também, enquanto uma cidade turística). -----

... nos termos e para os efeitos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do

Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Passou ao ponto 2.10. -----

-----**2.10 – Gabinete do Presidente – Proposta – Início de Procedimento para Solicitar ao Órgão Legislativo Competente a Aprovação da Elevação da Categoria Territorial de Mogadouro - Para Análise e deliberação.** -----

PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esta ideia lhe foi sugerida, por um Presidente de Câmara do PS, que lhe disse que já o teria sugerido ao Executivo anterior. O Dr. Benjamin disse-lhe que entendia que Mogadouro reunia condições para almejar ser cidade. -----

-----O Senhor Presidente disse entender que querendo dar uma importância e uma centralidade a Mogadouro têm que se aproveitar todos os itens que possam contribuir para isso. E ainda não tendo saído a Lei 24/2024, que era um pouco mais difícil, mas não impossível, que ainda com a Lei antiga, contrataram uma consultora que fez o estudo e estando o estudo concluído, foi apresentado e foi enviado, para todos os membros desta Assembleia, que com este estudo e os elementos que ele contem bem trabalhados na Assembleia da República se pode almejar que Mogadouro seja cidade. -----

-----Salientou que até podem perguntar: o que é que se ganha sendo cidade? mas que também, se pode fazer a pergunta ao contrário, o que é que se perde sendo cidade? Disse que Foz Côa não perdeu nada, que até pode não ter ganho muito, mas que ganhou alguma coisa. -----

-----Referiu que na parte da manhã teria mencionado que para a reestruturação urbana havia um programa para as cidades e havia um programa para as vilas, as cidades com 75% e as ARU's (vilas) com 25%, que foi por isso que andaram a fazer as ARU's à pressa porque caso contrário nem se podiam candidatar as obras. -----

-----Informou que os Centros Tecnológicos do 2030 foram instalados em Mirandela, Macedo e Bragança. -----

-----Perguntou porque é que ninguém gosta que a sua freguesia passe a plenário? Disse que estavam perante uma situação semelhante e que deveriam dar os passos todos no mesmo sentido para chegar a bom porto. --

-----Pedi para se pronunciarem por Mogadouro. -----

JORGE DIAS referiu que esta é uma questão bastante subjetiva e que contempla muitos aspetos culturais e que é preciso muita informação complementar. -----

-----Gostaria de transformar este processo num debate público em que os Mogadourenses tivessem uma palavra a dizer, disse que com isto não quer dizer que não gostasse que Mogadouro fosse cidade. -----

-----Perguntou se as pessoas nas cidades pagam mais IMI do que nas vilas?



CONCEIÇÃO MEIRINHO apelou para que esta proposta seja votada favoravelmente, numa perspetiva de futuro e como mencionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, a pensar no território. -----

-----Mencionou que a proposta se chama início do procedimento, que não se sabe como vai acabar, que é uma tentativa e é uma questão de aproveitar oportunidades como dizia o Deputado Paulo Coelho, *que não se deviam deixar passar oportunidades que se abrem*, referia-se ao financiamento para projetos com a incubadora de empresas. -----

-----Reforçou que também não se devem deixar passar outras janelas que se abrem noutros âmbitos, que neste caso houve um vazio administrativo que não permitia a Mogadouro, nem a qualquer outra vila ser elevada à categoria de cidade, ou uma aldeia ser elevada à categoria de vila desde 2013, que uma vez que agora existe essa janela desde 01 de março, que entrou em vigor a nova Lei, que deve ser aproveitada e se deve agarrar a oportunidade, porque além de todas as oportunidades que podem surgir em termos de financiamentos, de aumento de fundos, de captação de investimento externo, de atratividade territorial, existe uma grande oportunidade de vermos reconhecido, o valor de Mogadouro no contexto da evolução histórica e no trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos tempos, por todas as vilas e todas as cidades de Portugal. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que segundo informação do seu Vice-presidente, que tem muitos anos de finanças, os impostos são iguais nas vilas e nas cidades. -----

-----Referiu que se a proposta for aprovada por unanimidade, passa a ser uma proposta dos dois partidos, que têm representação nesta Assembleia, que foi o que aconteceu na Câmara Municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por maioria, com zero (0) votos contra, sete (7) abstenções e vinte e três (23) votos a favor. -----

-----Passou ao ponto seguinte. -----

-----**2.11 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – Fernando Peixinho & José Lima – Associado, SROC LDA. – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Relatório de Acompanhamento em 30 de junho de 2024 – Para conhecimento.** -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra. -----

2.12 – Apoio às Freguesias / Uniões de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Para conhecimento. -----

AMÉRICO RODRIGUES manifestou descontentamento, pela discrepância nos financiamentos às juntas de freguesia, para Travanca cinco mil, quatrocentos e cinquenta, que diz respeito a 50% do apoio às freguesias, no resto das freguesias é para todos 85%. -----



PRESIDENTE DA CÂMARA informou o Senhor Américo que foi aprovado em reunião de Câmara e que se aprovou 50%, porque primeiro fez a obra e não disse nada à Câmara, é a reconversão da escola e tem uma candidatura aprovada ao PRR, que com candidatura ou lhe sobra dinheiro, ou faz mais obra do que aquela que prometeu fazer. Disse para ter atenção nas contas a apresentar ao PRR porque pode haver duplo financiamento. -----

-----Informou ainda que também houve um outro pedido da comissão que gere o património da capela e do salão de festas junto ao polidesportivo e concedeu-se-lhe um apoio de 10 ou onze mil euros. -----

AMÉRICO RODRIGUES esclareceu que fez duas candidaturas, uma para as acessibilidades ao PRR e outra para o telhado, que foi pedido à Câmara e que lhe foi dado 50%. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA não havendo intervenções passou ao ponto 2.13. -----

-----**2.13 – Mapa de apoio à criação de emprego – Para conhecimento.** -

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Mapa de Apoio à Criação de Emprego enviado pelo Município, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra. -----

-----**2.14 – Compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento.** -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem, enviada pelo Município sobre os Compromissos Plurianuais, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra -----

-----**2.15 – Mapa de cedência das máquinas no concelho – Para conhecimento.** -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Mapa de cedência das máquinas ao concelho enviado pelo Município e também não foi manifestada intenção do uso da palavra. -----

-----De seguida passou ao último ponto da ordem de trabalhos: -----

-----**3 - Outros Assuntos.** -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que recebeu um requerimento do Senhor Vereador que passou a ler :“*Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, Vereador do Executivo sem Pelouro na Câmara Municipal de Mogadouro, vem muito respeitosamente solicitar a V. Exa. se digne autorizar nos termos do Art.º 40.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, a sua intervenção uma vez que no decorrer da 15ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que hoje tem lugar, foram proferidas palavras e expressões ofensivas à sua honra*”. -----

-----O Presidente da Assembleia sob a forma de proposta pergunta à Assembleia Municipal se o Senhor Vereador deverá intervir com base no nº3 do art.º supracitado, porque o discurso do Senhor Presidente não foi diretamente dirigido ao Senhor Vereador. -----

CONCEIÇÃO MEIRINHO disse que a questão está um bocadinho



ambígua e que não sabem bem o que vão votar, se é para votar que o Senhor Vereador deve falar, disse ser uma coisa, agora votar se acham que houve ofensa à honra, isso é outra coisa. -----

-----Frisou que se votarem que deve falar não é a mesma coisa que concordarem que houve ofensa à honra dele, porque para haver ofensa à honra tem que haver uma calúnia, uma injúria, ou uma difamação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA reforçou que só terá direito a falar se for reconhecido que houve ofensa à honra, caso contrário não terá direito a falar. -----

JORGE DIAS concordou com a intervenção feita pela Deputada Conceição Meirinho. -----

-----Disse ainda ao Senhor Presidente da Assembleia que como Presidente da Assembleia deve agir em conformidade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA diz ser bastante democrático, que tem dúvidas e não quer tomar essa decisão, acha que a decisão deve ser de todos num ato democrático. -----

-----Disse ainda que esse é o entendimento da Mesa da Assembleia Municipal. *O Presidente da Câmara interrompeu e disse que autorizava que o Vereador falasse.* -----

-----O Presidente da Assembleia disse que assim já se enquadrava no ponto 2 do art.º 40. -----

FRANCISCO GUIMARÃES fez a seguinte intervenção: *“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Exmos. Deputados Municipais.* -----

-----*Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, quero-lhe começar por agradecer por esta vez me dar a oportunidade de aqui publicamente intervir, já que noutras alturas os meus pedidos foram recusados.* -----

-----*Senhor Presidente da Câmara Municipal, já que vivemos em democracia, e como tal cada um tem oportunidade de argumentar aquilo que expõe e uma vez que fez questão de aqui expor publicamente o sucedido no decurso da inauguração do pavilhão multiusos de Meirinhos, sinto-me na obrigação de o fazer! No ato da inauguração do referido Pavilhão Multiusos, segurei o microfone ao Sr. Padre Paulo, sim, porque tenho educação, humildade e valores suficientes para o fazer, e não são atitudes deste género que me deixam inferiorizado. A senhora que diz desconhecer é minha sogra, e o Senhor sabe muito bem quem é, e também sabe o motivo de se ter dirigido à sua Chefe de Gabinete. Já que ficou tão incomodado com a conversa, no momento, era oportuno dizer aquilo que lhe parecia, porque os assuntos têm locais próprios para serem falados. ---*

-----*Senhor Presidente da Câmara, tenho a dizer-lhe aquilo que muitas pessoas pensam: já chega de distorcer as conversas conforme a si lhe convém e de humilhar continuamente quem não lhe faz vénia ou não concorda com aquilo que profere!!!*-----



que não se coadunam, que não são compatíveis com a minha forma de ser, que me senti extremamente ofendida, magoada, constrangida e que não há necessidade de isso acontecer. Isso não é forma de se receber nem um Presidente de Junta, nem um Chefe de Gabinete, nem qualquer pessoa, aqui nem está em questão o cargo, está em questão a educação e o sabermos ser generosos, cordiais, educados, uns com os outros. A situação que ali ocorreu foi essa, obviamente que quando se tem um cargo institucional as coisas agravam-se porque todos sabemos que o enquadramento legal de ofensa a um autarca é completamente diferente, sobretudo quando estamos no exercício das nossas funções, no entanto essa questão nem se coloca, estranhei que não houvesse um pedido de desculpas oficial, porque acho que o mereço, sobretudo quando estou no exercício dos meus quadros, porque quando estamos a exercer os nossos quadros somos mais que a nossa própria pessoa, somos a instituição que levamos connosco e todo o povo que representamos. A situação que aconteceu foi só esta, se houve aqui alguma ofensa da honra, não foi contra nenhum vereador hoje aqui nesta sessão, foi contra mim no domingo passado e quem assistiu a ela já devia ter admitido a parte da culpa que lhe cabe, porque estas ofensas à honra que aconteceram comigo, têm-se repetido continuamente por parte das mesmas pessoas a várias pessoas deste concelho e acho que já vai sendo hora de isto acabar”. -----

CARLA LOUSÃO lançou o repto a todos os Municípes para visitarem a exposição que foi inaugurada há pouco porque traduz um bocadinho aquilo que é a nossa memória e a nossa identidade. -----

-----Lançou o desafio para serem organizadas visitas das aldeias à exposição, porque com certeza irão recordar muitas vivências. -----

-----Referiu que na exposição ao longo dos painéis se vê a importância que a educação teve no Município de Mogadouro. -----

-----Disse que se fala muito nos nómadas digitais e nos trabalhadores remotos. Perguntou o que é que os trabalhadores remotos precisam no determinado território para que se possam fixar? -----

-----Salientou que não é pelo facto de se estar num território rural que se tem mais contato com a natureza, porque cada vez se tem mais contato com a tecnologia e quanta mais tecnologia se usar, mais se precisa da natureza. -

-----Mencionou que hoje dia 27 de setembro se celebra o dia Mundial do Turismo e o tema definido para este ano pela Organização Mundial do Turismo é o Turismo e a Paz, no dia de hoje deve-se fazer uma reflexão sobre o que é o turismo enquanto atividade transformadora nas vidas de cada um e na sociedade global e qual a importância enquanto agente de paz e de desenvolvimento sustentável. -----

-----Agradeceu a todos os agentes de turismo, sejam de alojamentos locais ou os que diariamente vão contribuindo, para divulgar o nosso território. ---

-----Deixou o desafio para todos os que queiram visitar as terras de Castro

Vicente, que têm as portas abertas para acolher, e disse ainda que no cimo do cabeço conseguem ouvir o silêncio. -----
-----Fez o convite para quem quiser participar no dia 16 de novembro no III Convívio Micológico, que este ano terão o privilégio de ter a colaboração, na parte gastronómica, do chefe Luis Martins. -----
PRESIDENTE DA CÂMARA convidou todos os Autarcas, Presidentes de Junta, membros das Juntas, membros desta Assembleia e todos os que estão a acompanhar a sessão para virem aos Gorazes. -----
-----Pedi para ajudarem a divulgar esta feira que poderá ser uma escora para o desenvolvimento de Mogadouro. -----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao primeiro Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----
-----O primeiro secretário da Mesa, Ilídio Granjo Vaz, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----
-----Finda a leitura da ata o senhor presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----
-----Às dezassete horas o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,



(Maria Isabel Sarmiento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Vítor Manuel Parreira Batista)

